

ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO AUTO APLICADO RESPONDIDO POR PARTICIPANTES DO “CURSO DE EXTENSÃO: PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE”: RELATO DE EXPERIÊNCIA

VALÉRIA OLIVEIRA SEVERO¹; KARINE LEMOS MACIEL²; JANAÍNA DO COUTO MINUTO³; MÁRCIA VAZ RIBEIRO⁴; SILVANA CEOLIN⁵; TEILA CEOLIN⁶.

¹Universidade Federal de Pelotas – valeria-severo@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – karine.maciell.ecp@bol.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – janainaminuto@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – marciavribeiro@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – silvanaceolin@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – teila.ceolin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A utilização de plantas medicinais consiste em um hábito inserido nas famílias desde suas gerações mais antigas, o qual foi repassado desde os primórdios até os dias atuais. Ainda hoje, é uma prática fortemente difundida pela população, principalmente, por pessoas com poder aquisitivo relativamente baixo ou que vivem no meio rural. Desta forma, cabe à enfermagem intervir através da educação em saúde da comunidade, oferecendo-lhe outras formas de tratamento além da terapêutica alopática, como a forma correta de uso das plantas medicinais, auxiliando na melhoria da qualidade de vida das pessoas (SOUZA et al., 2010).

A prática complementar por meio do uso das plantas pode contribuir para a saúde das pessoas, estabelecendo parte do processo de cuidar (THUM et al., 2011). Percebe-se que o uso das plantas medicinais está estreitamente relacionado à cultura dos indivíduos envolvidos, pois, embora existam muitos estudos sobre o tema, a sua utilização comumente ocorre a partir dos costumes familiares, desta forma, se faz necessário o reconhecimento do uso popular das plantas e a formação adequada dos profissionais da saúde (SENA et al., 2006).

Pensando neste contexto, em 2006 foi consolidada, no Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) tendo como objetivo resgatar e valorizar os conhecimentos populares e identificar as diferentes práticas já utilizadas incluindo a Medicina Tradicional Chinesa (Acupuntura), Homeopatia, Fitoterapia, Medicina Antroposófica e termalismo (crenoterapia) (BRASIL, 2006a). No mesmo ano, também, foi publicada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), visando à melhoria da atenção à saúde através do conhecimento e cuidado popular relacionado ao uso de plantas medicinais (BRASIL, 2006b). Ambas as políticas têm como objetivo promover ações para o uso racional e acesso seguro às plantas e fitoterápicos no Brasil, a fim de oferecer o cuidado integral aos seus usuários.

Embasando-se que a utilização de plantas medicinais é uma prática de cuidado à saúde muito difundida pela comunidade, faz-se necessária a capacitação adequada dos profissionais da saúde, incluindo o enfermeiro, quanto à indicação correta das plantas às pessoas, sabendo informar, também, seus benefícios e riscos para a saúde (SOUZA et al., 2010).

Com o intuito de instrumentalizar os profissionais e acadêmicos da área da saúde para promoção e prevenção da saúde e o tratamento de doenças por meio

da utilização de plantas medicinais, foi ofertado o “Curso de Extensão: Plantas Medicinais no Cuidado à Saúde”, realizado no ano de 2013, no Campus Anglo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), organizado por professoras ligadas ao Laboratório de Cuidado em Saúde e Plantas Bioativas, da Faculdade de Enfermagem.

O presente estudo tem como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos pelos participantes ao término do curso, a partir da análise dos questionários auto aplicados (pós-testes) que foram respondidos pelos mesmos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, elaborado a partir da análise de um questionário auto aplicado - pós-teste – realizado com os participantes do “Curso de Extensão – Plantas Medicinais no Cuidado à Saúde”, em seu período final, com o intuito de avaliar o aproveitamento de cada um quanto às informações oferecidas durante o curso. O questionário foi composto por 6 questões dissertativas, as quais foram respondidas por 36 sujeitos. Neste contexto serão analisadas apenas as questões número 3 e 4 do questionário, que indagavam sobre a pretensão dos indivíduos em aplicar os conhecimentos adquiridos no curso na sua atividade laboral e a busca pela implantação da política de plantas medicinais nos seus municípios de atuação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso de plantas medicinais caracteriza uma prática muito antiga a qual é repassada entre famílias por gerações até os dias atuais. Entretanto, seu uso pode oferecer riscos à saúde, por este motivo, o profissional enfermeiro deve estar capacitado para reconhecer o contexto em que estes indivíduos vivem, bem como, suas crenças e hábitos, buscando a formação de vínculo e inserção neste meio. Tendo por objetivo desvendar o que é utilizado por estas pessoas e orientar quanto à indicação, preparação e uso de forma correta das plantas medicinais, com seu respectivo respaldo científico.

Ao serem perguntados sobre a maneira que pretendem aplicar os novos conhecimentos no campo profissional, grande parte dos participantes responderam que objetivam inserir as práticas integrativas de forma complementar a terapêutica alopática, a partir de um planejamento dentro da UBS, visando proporcionar melhor qualidade de vida e o cuidado integral aos pacientes. Foram citados exemplos para esta atividade como a aplicação dos conhecimentos científicos em grupos de HiperDia, indicação nas consultas de enfermagem e visitas domiciliares, pela disseminação dos conhecimentos e orientação quanto a mudança de hábitos de vida, oferta de oficinas práticas, palestras para indicar a utilização correta das plantas medicinais, realizando atividades também, através de educação em saúde.

Ocorreu o relato de um participante em relação a sua preocupação, quanto profissional, sobre a utilização indiscriminada de plantas medicinais no tratamento de problemas de saúde. Segundo Júnior (2005) “a toxicidade de plantas medicinais é um problema sério de saúde pública”. Júnior (2005), ainda diz que, a existência do conceito de que a utilização de plantas medicinais, por serem naturais, não oferecem quaisquer riscos à saúde é uma problemática enfrentada pelos profissionais no atendimento às pessoas. Pensando assim, a importância do empoderamento dos enfermeiros para a indicação correta do uso de plantas

medicinais é de grande relevância para a aplicação desta prática dentro da saúde pública, a fim de não oferecer riscos à saúde dos usuários.

A questão 4 perguntava aos participantes sobre a maneira que pretendiam implantar a política de plantas medicinais no município onde atuam. Uma pequena parcela deles disse não ter interesse no momento ou acreditar que o município não tem estrutura para a realização de tal atividade. Outros disseram que já trabalham em municípios onde a política está inserida, que é o caso de Rio Grande e São Lourenço do Sul.

Entretanto a grande maioria referiu que pretende implantar a política das plantas medicinais nos seus municípios, bem como, na UBS e escolas onde atuam, iniciando com a apresentação do tema, sensibilização do público e estímulo à adesão das propostas. Contudo, para tanto serão necessários profissionais atuantes visando a promoção, prevenção e educação em saúde para a comunidade em foco, bem como, estabelecer parcerias efetivas com a Secretaria da Saúde, prefeituras, escolas, com a comunidade, a Emater e tantos outros que se responsabilizem por esta ação.

Ao analisar os questionários nota-se que grande parte dos participantes demonstrou que obteve novos conhecimentos a partir do curso e que pretende de alguma forma aplicar e disseminar as informações adquiridas nos seus respectivos meios de trabalho, com o intuito de garantir o cuidado integral à saúde e o uso seguro e racional das plantas medicinais.

Sabe-se que na realidade da saúde pública local são pouquíssimos os profissionais que se consideram aptos a prescrever o uso de plantas medicinais e que realmente se disponham a fornecer orientações adequadas quanto à utilização desta prática, embora, desde 2006, existam políticas específicas – PNPIC e PNPMF - que oferecem subsídio para a atuação destes profissionais junto à utilização de plantas medicinais. Desta maneira, afirma-se, que para resolver este fato é indispensável que os profissionais de saúde obtenham conhecimentos técnico-científicos adequados em relação à temática.

4. CONCLUSÕES

Em geral notou-se que o curso ampliou os conhecimentos dos participantes acerca do tema “Plantas Medicinais no Cuidado à Saúde” e sobre as políticas existentes inserindo a temática na saúde pública e dando amparo científico aos profissionais, contribuindo, desta forma, para um cuidado integral aos usuários de acordo com os princípios do SUS.

Pode-se perceber que, após o curso, a grande maioria dos participantes sente-se responsável e com conhecimentos suficientes para fornecer informações corretas sobre o uso de plantas medicinais, baseados em conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e respeitando o saber popular, motivando o uso de plantas medicinais de maneira coerente e segura sendo sempre respaldados pelas políticas institucionalizadas, sem oferecer qualquer risco à saúde dos seus usuários.

Afirma-se que, para que essas práticas sejam desenvolvidas faz-se necessária uma educação continuada junto às equipes da Estratégia da Saúde da Família, visando o fortalecimento da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), para que, desta maneira, seja possível a oferta de uma assistência integral que favoreça a prevenção e promoção da saúde.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. 92 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnpi.pdf> Acesso em: 24 jul.2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. 60 p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pol%C3%ADtica_Nacional_de_Plantas_Medicinais_e_Fitoter%C3%A1picos.pdf Acesso em: 24 jul. 2015.

JUNIOR, V. F. V., PINTO, A. C., MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura?. **Química nova**, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v28n3/24145.pdf> Acesso em: 15 jul. 2015.

SENA, J.; SOARES, M. C. F.; CEZAR-VAZ, M. R.; SENA, A.; MUCCILLO-BAISCH, A. L. Visão docente sobre plantas medicinais como um saber e sua utilização como medicamento. **Revista Enfermagem UERJ**, v.14, n.1, p.196-201, 2006.

SOUZA, A. D. Z., VARGAS, N. R. C., CEOLIN, T., HECK, R.M., HAEFFNER, R., VIEGAS, C. R. S. A enfermagem diante da utilização de plantas medicinais no tratamento complementar da hipertensão arterial sistêmica e das dislipidemias. **remE – Rev. Min. Enferm.**; v. 14, n. 3, p. 473-478, 2010. Disponível em: http://www.enf.ufmg.br/site_novo/modules/mastop_publish/files/files_4db582300901f.pdf Acesso em: 24 jul. 2015.

THUM M.A.; CEOLIN T.; BORGES A.M.; HECK R.M..Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS) v. 32, n. 3, p. 576-82, 2011.